

Reforma tributária:

Impactos para a sociedade e o pacto federativo

Página 6

Eleições 2024:

O que muda nas eleições municipais com a reforma eleitoral

Página 13

Lidera+:

Expectativas para a representatividade política feminina

Página 18



Gestões Municipais

Quais os desafios para os próximos anos



Realização:



Diretor da revista:

Kelps Lima

Coordenação da revista:

Carolina Gavino

Supervisão:

Guilherme Martinelli

Conteúdo:

Carolina Gavino

Cairo Tavares

Fábio Gomes da Cruz

Henrique Cardoso

Jaime Matos

Projeto gráfico e diagramação:

Larissa Gabrielle e Odilan Araújo - 2HC

Revisão:

Global Translations.BR

Caro leitor,

A 3ª Edição da Revista Fundação 1º de Maio lança luz sobre questões que moldarão o panorama político, econômico e social, especialmente em âmbito municipal nas próximas legislaturas, e nos incita reflexões profundas sobre o futuro que queremos construir. Uma das bases fundamentais para garantir o progresso de uma nação reside em como suas finanças são geridas, e isso se estende de maneira crítica à relação entre a administração da federação e o desenvolvimento de programas e políticas públicas para seus estados e municípios voltados para o bem-estar social, infraestrutura, educação, saúde e segurança.

Por isso, trazemos como ponto central desta edição uma breve avaliação do impacto da Reforma Tributária, cuja aprovação na Câmara e no Senado, em 2023, reflete um potencial de mudança comparável ao Plano Real. As projeções otimistas de um crescimento de até 12% no PIB nos próximos 15 anos ressoam como um convite à esperança, mas também impõem desafios de implementação e acompanhamento.

Esta edição traz em forma de entrevista uma reflexão para nos apoderarmos dos dados apresentados pelo Censo, após quase três anos de atraso. A pesquisa oferece um valioso retrato de nosso Brasil e é nosso dever transformar esse levantamento, quase continental, em políticas públicas de acordo com as necessidades de cada um dos municípios.

Nosso grande desafio está em garantir o desenvolvimento sustentável das finanças da federação e equilibrá-las com a preservação ambiental. Essa discussão também trazida à tona em artigo nesta edição é urgente e crucial para a nossa trajetória rumo a um futuro mais harmonioso e responsável.

Desejo que esta edição da Revista Fundação 1º de Maio não seja apenas uma fonte de informação, mas um ponto de partida para ação que nos inspira a construir um Brasil mais justo, inclusivo e igualitário. Agradecemos a sua leitura e o seu comprometimento com o desenvolvimento sólido da política brasileira.

Boa leitura!

Samanta Costa

Presidente da Fundação 1º de Maio



Caro leitor,

Convidamos todos os filiados do Solidariedade e a sociedade civil para um diálogo enriquecedor nesta edição. E nós, como interlocutores em uma democracia representativa, não poderíamos deixar de destacar mais uma vez, a necessidade urgente de ampliar a representatividade feminina nos cargos eletivos.

Nas últimas eleições municipais, tivemos ótimos resultados em nosso partido, no entanto, ainda estamos sub-representadas, visto que somos mais de 50% do eleitorado, mas em 2020, por exemplo, a porcentagem de prefeitas eleitas no Brasil era de apenas 12% e mais de 67% dos municípios brasileiros não apresentaram candidaturas femininas.

Como um ponto de partida de renovação para os próximos quatro anos, destacamos nosso compromisso em encorajar e viabilizar candidaturas femininas ao capacitar mais mulheres com o Lidera+. Hoje, o programa de formação política exclusivo para mulheres é um catalisador essencial para ampliar a representatividade feminina na política. Com mais de 570 participantes engajadas nos modelos on-line e híbrido, o Lidera+ sinaliza uma direção positiva rumo a um ambiente político mais inclusivo e equitativo.

Precisamos voltar nossos esforços para fazer com que as próximas gestões municipais sejam verdadeiramente representativas, plurais e democráticas e, por esse motivo, ações como o Lidera+, que incentivam a participação feminina na política são tão necessárias. O Solidariedade, por meio de sua instituição de educação política, a Fundação 1º de Maio, convida a todos a trilhar esse caminho rumo a um futuro mais igualitário e inspirador para todos.

Boa leitura!

Andrea Envall

Diretora financeira da Fundação 1º de Maio



SUMÁRIO

3

Editorial

6

Reforma sobre impostos de consumo e seus impactos para a sociedade e o pacto federativo

13

Eleições municipais e **mudanças na legislação**

18

Lidera+ chega a 3ª Edição e prepara mulheres para as próximas gestões municipais

21

Inteligência artificial e impactos no mercado de trabalho

24

Qual a estratégia do governo brasileiro para promover o **desenvolvimento sustentável**?

28

Entrevista com Valéria Fachine: a importância do Censo para elaboração de políticas públicas municipais

Reforma sobre impostos de consumo e seus **impactos para a sociedade** e o pacto federativo



Autor: Cairo Tavares

Cientista político e mestre em
Administração Pública

Com a expectativa de aumentar o PIB potencial do Brasil em 12% nos próximos 15 anos, a proposta de reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados é um verdadeiro marco na história. Comparável ao Plano Real, a reforma tem a expectativa de retirar do país a marca de um dos piores, mais ineficientes e onerosos sistemas do mundo. A discussão sobre a reforma dos tributos pode ser dividida em dois grandes núcleos: um sobre impostos que incidem sobre o consumo (bens e serviços) e outro sobre aqueles cobrados sobre renda, patrimônio e folhas de salários.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, aprovada no dia 07 de julho de 2023 pela Câmara dos Deputados, promove mudanças substanciais na tributação do consumo. A quantidade de problemas e externalidades causadas pelo sistema brasileiro é descabida a ponto de ser chamado por especialistas de “manicômio tributário”. A título de exemplo, no ranking do Banco Mundial que mede a facilidade para pagar impostos, o Brasil se encontra na 184ª posição entre 190 países.

Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara, Arthur Lira, discursa antes de votação da Reforma Tributária.

O quadro a seguir resume os principais problemas gerados pelos impostos sobre o consumo:

● **Complexidade, elevado número de litígios e insegurança jurídica:**

Impostos sobre consumo (IPI, ICMS e ISS) são de responsabilidade dos três níveis da Federação (União, Estados e Municípios), onde cada ente tem suas próprias regras e exceções, impactando diretamente no aumento do trabalho das empresas para recolher os impostos. Segundo pesquisas do Banco Mundial, em média, as empresas gastam mais de 1.500 horas anuais no Brasil, contra apenas 158 horas nos países membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A partir de 1988, várias regras e exceções foram criadas, reformadas ou retiradas do ordenamento jurídico pelos entes da Federação, o que deu margem para que empresas entrassem na justiça para questionar a cobrança dos tributos, tornando o número de litígios no país um dos mais altos do mundo e aumentando a insegurança jurídica para atuação das empresas.

● **Tributação para além do consumo:**

Pelo efeito cumulativo, além do consumo, o sistema também tributa os gastos das empresas com investimentos e exportações, diminuindo a competitividade do Brasil no mercado internacional. Em muitos casos, produtos nacionais pagam mais impostos ao longo da cadeia do que na importação de mercadorias estrangeiras.

● **Guerra fiscal e distorções alocativas da produção:**

Desde os anos 90, estados e municípios travam uma verdadeira “guerra fiscal” para atrair investimentos por meio de isenções tributárias para que empresas se instalem no seu território. Além de resultados questionáveis sobre a geração de emprego e desenvolvimento local, essa disputa fez com que empresas instalassem suas operações sem considerar o melhor local, de fato, para aproveitarem os benefícios da cadeia produtiva. Essas distorções aumentaram a ineficiência da organização da economia.

● **Redução de investimentos externos:**

Com toda a complexidade, ineficiência, custos e insegurança apresentados pelo sistema tributário brasileiro, muitos investidores deixam de aportar capital no país pelo elevado risco de atuação, mesmo que o mercado brasileiro tenha condições mais vantajosas do que outras nações.

Como a proposta muda a realidade brasileira?

Os principais objetivos da reforma tributária são reduzir a complexidade, aumentar a transparência ao cidadão, diminuir a insegurança jurídica e, principalmente, retirar a cumulatividade do IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Isso significa dizer que, quando implementada, as empresas conseguirão descontar tudo o que for gasto com tributos nas etapas anteriores da cadeia produtiva (seja insumos, consultoria ou serviços), antes de o produto chegar ao consumidor final. Essa característica segue o princípio da não cumulatividade plena, ou seja, todo imposto pago na atividade produtiva gera crédito,

exceto em bens de consumo pessoal, e a devolução do crédito (dinheiro) deverá ser rápida para as empresas. Outras características importantes são uma base ampla de tributação (mercadorias, bens e serviços), por isso, a criação de regras mais simples e homogêneas possíveis e a cobrança do imposto no destino de compra, e não na origem, para evitar a “guerra fiscal”.

Assim o novo modelo aprovado substituirá os cinco tributos atuais, PIS/CONFINS e IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal), em um sistema cheio de distorções e complexo, por um sistema chamado de IVA Dual, sendo uma parte da receita destinada ao

governo federal e outra aos estados e municípios. O IVA federal vai ser chamado de CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), substituindo o PIS/CONFINS e parte do IPI. Já o estadual será o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), o qual ficará no lugar do ICMS e ISS. Além disso, parte do IPI vai ser substituído por um imposto seletivo de caráter extrafiscal (imposto sobre produtos nocivos à saúde e meio ambiente), cujo objetivo é regulatório ou para estimular comportamentos.

Apesar de ser um IVA Dual, na prática, para o consumidor e para empresários, o sistema de cobrança será o mesmo, tendo apenas a fiscalização feita separadamente pelos entes da Federação. Veja no quadro a seguir o exemplo do padrão adotado em mais de 170 países e que será implementado no país: Suponha que o consumidor adquira uma bola de futebol pelo valor de R\$ 100,00, considerando um IVA de 20%; ou seja, do valor total do produto, R\$ 20,00 são impostos.

ETAPA	PREÇO DE VENDA	VALOR AGREGADO	IVA (20%)
FÁBRICA DE BOLAS	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 10,00
ATACADISTA	R\$ 75,00	R\$ 25,00	R\$ 5,00
VAREJISTA	R\$ 100,00	R\$ 25,00	R\$ 5,00
IVA TOTAL			R\$ 20,00

Na tabela acima, verifica-se em cada etapa do produto que a tributação foi apenas entre a diferença do valor adquirido e o valor da venda, ou seja, foi descontado o valor do imposto pago anteriormente para não criar um efeito “cascata” (imposto sobre imposto). Enquanto isso, na situação atual do Brasil, sem a reforma, a bola teria o valor final de R\$ 145,00 para o consumidor, pois os 20% incidem sobre o preço de venda de todas as etapas sem descontar os impostos embutidos na etapa anterior. Outro ponto é que, após a implantação completa do sistema, todas as rotinas criadas pelas empresas e

contadores para pagar PIS/COFINS, IPI, ICMS e ISS serão substituídas pelo pagamento via sistema de um único imposto, reduzindo o custo e tempo das empresas. Contudo, apesar da premissa inicial de criar um novo sistema da forma mais simples e abrangente possível, ao longo do processo legislativo, foi necessária uma adaptação desses pressupostos à realidade nacional, como é o caso da “Zona Franca de Manaus”, que terá a alíquota diferenciada garantida até 2073. O quadro abaixo apresenta os setores ou produtos que terão regime específico e alíquota reduzida:

SETORES COM REGIME ESPECÍFICO	SETORES COM ALÍQUOTA REDUZIDA (40% DA ALÍQUOTA BÁSICA)
A COMBUSTÍVEIS (COBRANÇA UMA ÚNICA VEZ NA SAÍDA DA REFINARIA OU NA IMPORTAÇÃO);	A EDUCAÇÃO;
B SERVIÇOS FINANCEIROS;	B SAÚDE;
C OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS;	C MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES;
D HOTÉIS, RESTAURANTES E PARQUES DE DIVERSÕES, PARQUES TEMÁTICOS E AVIAÇÃO REGIONAL.	D INSUMOS PARA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.

*PRODUTOS DA CESTA BÁSICA TERÃO ALÍQUOTA ZERO

Todas essas isenções setoriais deixadas na reforma foram pautas importantes na discussão que ocorreu no Senado Federal. O desejo do Governo Federal era de que a Casa revisora revisasse o número de isenções para evitar que a alíquota do novo IVA seja muito elevada.

Pacto federativo e a transição para o novo sistema

Outro ponto fundamental tratado pela reforma diz respeito ao formato da transição e à organização federativa entre União, estados e municípios. O modelo adotado permitiu romper um dos pontos centrais que impediram o avanço da reforma: o custo de transição do sistema atual para o novo.

A maior inovação da PEC está em conseguir distensionar o processo decisório ao retirar do curto e médio prazo os impactos da aprovação da reforma tributária sobre a receita dos entes da Federação. Ao invés de implementação imediata, a proposta prevê a implementação gradual.

Como e quando começa?

Se aprovada em 2023, a regulamentação das alterações da Constituição por meio de Lei Complementar, Lei Ordinária e o desenvolvimento do sistema de cobrança e distribuição do IBS e CBS serão feitos entre 2024 e 2025.

A partir de 2026, será iniciado um período de teste com a cobrança de uma alíquota de calibragem (0,9% da CBS e 0,1% do IBS), podendo ser descontada dos tributos federais pelas empresas. O objetivo dessa calibragem é permitir a criação de uma alíquota total que não

promova o aumento da carga atual e também não cause déficit na arrecadação.

A virada de chave dos tributos federais será em 2027, momento em que haverá a criação da CBS, com a alíquota cheia, o PIS/Cofins será extinguido e a alíquota do IPI será zerada, exceto na Zona Franca de Manaus. A transição dos tributos de estados e municípios será feita no período de 2029 a 2033, reduzindo a alíquota do ICMS/ISS em 10% a partir de 2029 e chegando a 40% em 2033. A partir de então, eles serão encerrados.

A razão para essa demora, no caso dos entes subnacionais, é que os benefícios fiscais foram convalidados em 2017, pela Lei Complementar 160/2017, até 2032. Para evitar riscos jurídicos às empresas com a redução dos benefícios, optou-se por implementar totalmente o modelo a partir de 2033.

A transição da distribuição da receita dos impostos da origem (modelo atual) para o destino ocorrerá durante 50 anos (de 2029 a 2078), por meio da distribuição decrescente da receita atual na receita total dos entes (estados produtores). Nos estados consumidores, a parcela será crescente.

Como forma de evitar possíveis perdas, haverá o “seguro-receita”, com a destinação de 3% do IBS para compensar os entes que tiverem as maiores perdas.

Compensação de perdas pela União e novos fundos

O governo federal assumirá as perdas dos benefícios fiscais dados pelos entes às empresas até 2033 pelo Fundo de Convalidação de Benefícios Fiscais e criará o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional) para auxiliar na redução das desigualdades regionais.

O fundo de convalidação será vigente no período de 2025 (início da redução gradual das isenções das empresas) a 2032, começando com R\$ 8 bi, e terá o incremento de mais R\$ 8 bi a cada ano até 2029. A partir de então, ele será reduzido em R\$ 8 bi até o final das isenções às empresas, em 2032.

Já o FDR começará em 2029 com R\$ 8 bi, com acréscimo anual, e chegará a R\$ 40 bi a partir de 2033.

2005	2006	2007	2008
R\$ 8 bi	R\$ 16 bi	R\$ 24 bi	R\$ 32 bi
2029	2030	2031	2032
R\$ 32 bi	R\$ 24 bi	R\$ 16 bi	R\$ 8 bi

Os recursos serão transferidos pela União para os estados via fundo de desenvolvimento e poderão ser aplicados apenas para: investimento em infraestrutura, fomento à atividade produtiva, incentivo à inovação e desenvolvimento tecnológico.

2029	2030	2031	2032	A PARTIR DE 2033
R\$ 8 bi	R\$ 16 bi	R\$ 24 bi	R\$ 32 bi	R\$ 40 bi

Gestão federativa

A gestão do IBS será feita de forma compartilhada entre estados e municípios a partir de um sistema de arrecadação unificado com as seguintes formas e características:

- ▶ **A** Conselho Federativo composto por 27 representantes dos estados e 27 dos municípios;
- ▶ **B** Os municípios serão 14 representantes eleitos pelo número de municípios e 13 pelo percentual da população;
- ▶ **D** Para aprovar uma matéria, será preciso ter a maioria dos estados, que devem representar 60% da população brasileira, além da aprovação da maioria dos municípios.

Algumas atribuições do conselho serão:

- ▶ **A** Uniformizar e interpretar a legislação do IBS;
- ▶ **B** Tratar questões de contencioso tributário;
- ▶ **C** Arrecadar, fazer compensações e distribuir receitas;
- ▶ **D** Editar normas infralegais relacionadas ao IBS.

Outro ponto a destacar é que os estados e o Distrito Federal terão liberdade para definirem suas alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços; entretanto, será apenas uma alíquota padrão para o ente, e não mais dezenas ou centenas como ocorre hoje.

Outros pontos tratados pela reforma

- Possibilita sistema de cashback para população de baixa renda. Ou seja, será possível devolver tributos pagos pelo contribuinte, melhorando a focalização dos programas sociais, como Bolsa Família.
- Amplia base de cobrança de IPVA para veículos aéreos e aquáticos (lanchas e jatinhos), hoje isentos.
- Permite atualização periódica da base de cálculo de IPTU por meio de decreto e não mais apenas por lei municipal.

Principais alterações promovidas pelo Senado e expectativa de aprovação na Câmara

Após cerca de quatro meses em discussão no Senado, a PEC 45/2019 foi aprovada na Casa revisora no dia 8 de novembro com apenas 4 votos a mais do que os 49 votos necessários (3/5 dos senadores). Esse resultado apertado revelou a complexidade e dificuldade do relator em construir uma maioria favorável ao texto.

Ao chegar no Senado a PEC foi considerada prioridade pelo presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o qual designou o senador Eduardo Braga (MDB-AM) como relator da proposta. Entre os principais desafios colocados ao relator estavam:

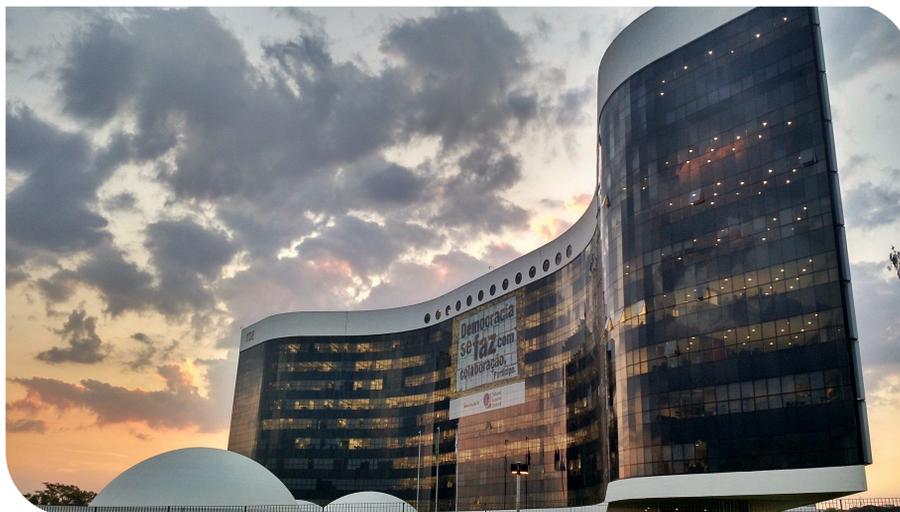
- Composição do Conselho Federativo (órgão técnico responsável pela gestão da implementação do novo sistema), o qual privilegiou o critério populacional para formação de maioria e para aprovação das decisões, em detrimento da paridade ou igualdade federativa;
- Tratamento especial dado a alguns setores para evitar o aumento geral da carga, sendo que havia uma expectativa do Governo Federal de reduzir essas isenções;
- Volume de recursos destinados para compensação das perdas dos estados com os programas de isenções fiscais para atração de empresas;
- O estabelecimento de um limite para a alíquota do IVA, a fim de evitar o aumento da tributação país. Após todo processo de discussão e a inúmeras pressões dos diversos setores da economia nacional, em especial setor de serviços, agronegócio, indústria, comércio, profissionais liberais e os próprios entes de Federação (estados e municípios), o texto aprovado promoveu mudanças importantes na proposta que veio da Câmara dos Deputados, sendo as principais:

- Aumento no número de setores e produtos que ficarão em regimes diferenciados na regra geral do IVA (sendo revistos a cada 5 anos), com destaque para alíquota intermediária de 30% da alíquota total para profissionais liberais. Segundo cálculos apresentados na nota técnica do Ministério da Fazenda, o IVA proposto pela Câmara deveria ter alíquota entre 25,45% a 27%, com as alterações do Senado, ela sofrerá um aumento de 0,5%, segundo o próprio Ministério.
 - Ampliação do volume de recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, após negociação com o Governo Federal, de R\$ 40 para R\$ 60 bilhões;
 - Mudança nas funções do Comitê Gestor, o qual terá apenas caráter executivo e não poderá propor leis. Além disso, a aprovação do presidente do Comitê passará pelo Senado, que poderá convocá-lo;
 - Manutenção da estrutura do Comitê Gestor aprovado pela Câmara, mas com alterações no seu funcionamento para tomada de decisão, sendo necessário a aprovação da maioria absoluta dos representantes dos estados e que esses representem pelo menos de 50% da população e não mais 60%, além da maioria absoluta dos representantes dos municípios;
 - Ampliação para o seguro de percas de arrecadação dos entes (seguro-receita) de 3% para 5%;
 - Inclusão dos estados do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima como beneficiários do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas, que terá o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas;
 - Acréscimo a cesta básica nacional com a ampliação de alimentos isentos (60% da alíquota cheia) e inclusão de gastos com energia e gás no mecanismo de “cashback”;
 - Prazo de 240 dias para o governo enviar proposta de lei complementar e criação de trava de referência para a alíquota do IVA, a qual estabelece que ela deverá respeitar a média total paga de impostos de 2012 a 2021 em relação ao PIB.
- Após aprovação, cabe agora a Câmara do Deputados avaliar e votar as alterações propostas pelo Senado. O empenho do Governo é que a votação ocorra ainda em dezembro e sem grandes alterações para evitar o efeito “ping-pong” que poderia inviabilizar a promulgação da PEC, haja vista a margem apertada no Senado.
- Um dos pontos levantados fora a proposta de fatiamento da reforma tributária na Câmara, ou seja, seria promulgado apenas os pontos aprovados pelas duas Casas, deixando as alterações do Senado para depois.
- Contudo, a expectativa é de que o relator deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apenas promova alterações pontuais no texto vindo do Senado e, juntamente, com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), organizem a votação em plenário antes do recesso parlamentar do dia 23 de dezembro.



Reforma Eleitoral e o impacto na eleição municipal

Foto: Marcus Amorim/Flickr



Autor: Henrique Cardoso

Cientista político e MBA em Relações Institucionais e Governamentais

.....

Em outubro de 2024, precisamente no seu sexto dia, ocorrerão as eleições municipais em todo o território nacional, durante as quais milhões de brasileiros irão às urnas para escolherem seus representantes, tanto no âmbito do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo, em seus respectivos municípios – ao todo, 5.568 municípios em todo o Brasil. Dados atualizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em julho apresentam que o país tem um eleitorado de 157.104.441 eleitores, portanto, há uma expectativa que aproximadamente 160 milhões de eleitores estarão aptos para participar desta importante festa democrática, que é o processo eleitoral, no próximo ano.

Há alguns indicadores que apontam para que o pleito municipal do próximo ano tenha uma tendência de manutenção dos quadros vigentes no Executivo local, com governos locais sendo reeleitos. Até o momento, o ano com a maior taxa de reeleição para prefeituras foi o de 2008, registrando 66% dos mandatos do Executivo local sendo mantidos por mais quatro anos.

Outro dado interessante de se observar para este pleito está no quantitativo de cadeiras em disputa. Nas últimas eleições municipais, ocorridas em 2020, foram eleitos 5.568 prefeitos e 58.208 vereadores; contudo, este último

número sofrerá alterações, haja vista a reorganização do número de cadeiras que o município possui em decorrência de sua variação populacional, conforme observado em diversos municípios após os dados do Censo demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Dentre as capitais, Recife (PE) e Porto Alegre (RS) se juntam a outras 138 cidades que precisarão reduzir o número de vagas para seu Legislativo local em face dos dados populacionais apresentados pelo IBGE, enquanto Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Cuiabá (MT) e Florianópolis (SC) poderão ampliar suas vagas nas Câmaras Municipais. Vale destacar que, conforme texto constitucional, em seu artigo 29, inciso IV, o aumento de cadeiras mediante crescimento populacional é facultativo, enquanto o número de cadeiras mediante redução populacional é obrigatório aos municípios. Destaca-se, também, que cabe às Câmaras Municipais a votação e aprovação de lei local para a realização dessa alteração. No ensejo da temática da Constituição Federal no âmbito das Eleições Municipais, também é possível destacar o retorno à data original prevista na Carta Magna – conforme seu artigo 29, inciso II, que prevê que a “[...] eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito [deve ser] realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder [...]”. A retomada da normalidade da data ocorre após a excepcionalidade ocorrida nas eleições de 2020 em face da pandemia causada pela COVID-19, motivo pelo qual promulgou-se

a EC (Emenda Constitucional) 107 que adiou as eleições daquele ano para o dia 15 de novembro, em primeiro turno, e para o dia 29 de novembro de 2020, em segundo turno. Para além das questões supracitadas, o presente artigo rememora também que o pleito do próximo ano será a primeira disputa eleitoral no âmbito municipal com a adoção das novas regras vigentes em decorrência da Reforma Eleitoral ocorrida em 2021, a qual trouxe novidades no ordenamento jurídico eleitoral brasileiro e que, embora tenham se aplicado nas eleições gerais de 2022, ainda não o foram nas municipais. Caberá a este artigo, portanto, uma explanação a respeito do regramento estabelecido pelas Leis 14.208/2021, que institui o instrumento das federações, e 14.211/2021, que altera questões relativas à distribuição de cadeiras no sistema proporcional, bem como as consultas populares estabelecidas por meio da EC nº 111/2021. Antes de se adentrar nas mudanças eleitorais, é importante trazer para este artigo um panorama estatístico com os dados referentes ao Pleito municipal para que se possa dimensioná-lo e, portanto, ter melhor compreensão do cenário em disputa.

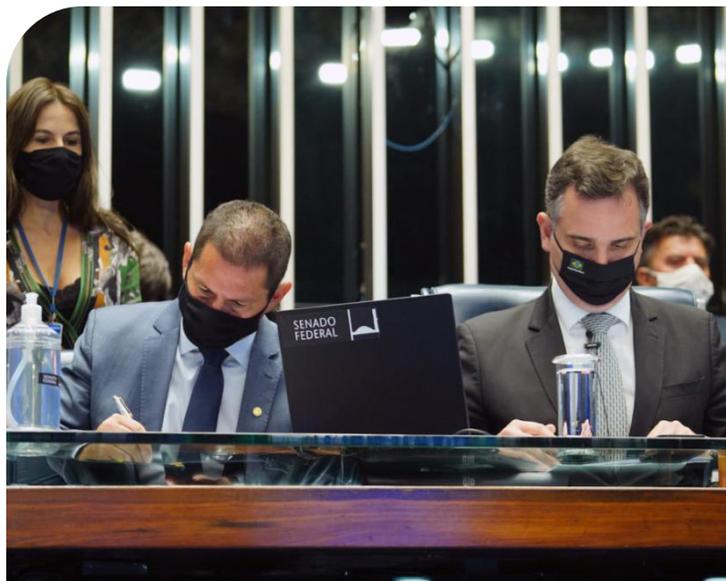
Cenário partidário

Até o presente momento, o quadro político brasileiro conta com 30 agremiações partidárias registradas no TSE e, portanto, aptas para registrarem candidaturas para a disputa eleitoral. Este é um cenário um pouco diferente em relação às eleições municipais anteriores, de 2020, na qual 33 agremiações apresentaram-se às urnas. Destaca-se, contudo, que o próximo ano terá a primeira eleição municipal com a presença de um novo instrumento no ordenamento jurídico eleitoral, que são as federações partidárias. Dos 30 partidos registrados, 7 estão federados em uma das 3 federações existentes em nosso sistema partidário, quais sejam:

- Federação Brasil da Esperança (Fe Brasil), composta por PT, PC do B e PV;
- Federação PSDB Cidadania, composta por PSDB e CIDADANIA;
- Federação PSOL REDE, composta por PSOL e REDE.

De acordo com a Lei 14.208, até a data final das convenções partidárias em 2024, novas federações poderão ser concretizadas - incluindo a adesão de novos partidos às federações supracitadas já existentes - e, com isso, realizar uma reformulação no tabuleiro partidário.

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Promulgação da Emenda Constitucional 111/21 Reforma Eleitoral. 1º vice-presidente do Congresso, Marcelo Ramos e o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco.

Eleitorado

Segundo levantamento estatístico do TSE referente ao mês de agosto - último levantamento realizado até a produção deste artigo -, o Brasil tem, ao todo, 154.791.804 eleitores aptos, montante que representa 76% de toda a população. Deste número, 118.151.926 tem a biometria cadastrada (75,52%). Com relação ao perfil do eleitorado brasileiro, os gráficos abaixo dimensionam os subgrupos conforme as categorias de faixa etária, gênero e cor/raça.

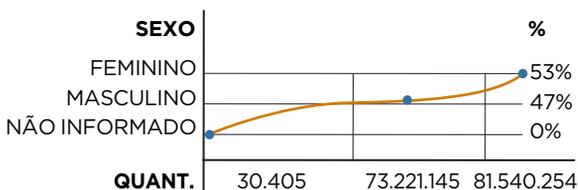
Faixa etária



Fonte: Estatística de Dados - TSE

Como observado no gráfico anterior, a maior parcela do eleitorado está compreendida nas faixas etárias de 45 a 59 anos (25%), 35 a 44 anos (20,78%) e 25 a 34 anos (20,15%). Somadas, essas três faixas totalizam pouco mais de 102 milhões de eleitores e representam 66% dos eleitores.

Gênero



Fonte: Estatística de Dados - TSE

Quanto à distribuição por gênero, assim como observado na totalização populacional auferida pelo censo do IBGE, as mulheres também são maioria no eleitorado brasileiro. As mais de 81,5 milhões de eleitoras representam 53% do total de eleitores aptos.

Cor/raça

Cor/raça	Quantitativo
Amarela	37.925
Branca	1.483.049
Indígena	37.681
Não informado	150.486.877
Parda	2.219.526
Preta	526.746

Fonte: Estatística de Dados - TSE

A tabela acima não reflete o perfil do eleitorado brasileiro com relação à sua raça/cor, uma vez que a ampla maioria (97,24%) dos eleitores optou por não informar sua heteroclassificação de cor/raça.

Ampliando o escopo de avaliação dos dados quantitativos do eleitorado para as regiões brasileiras, a distribuição segue conforme gráfico abaixo, com destaque para a região sudeste que concentra o maior número de eleitores (43%).

Região	Quantitativo	%
Centro-oeste	11.577.312	7,48%
Exterior	732.845	0,47%
Nordeste	41.714.480	26,95%
Norte	12.407.982	8,02%
Sudeste	65.853.250	42,54%
Sul	22.505.935	14,54%

Fonte: Estatística de Dados - TSE

Posto o cenário estatístico do eleitorado e sua distribuição, inclusive geográfica, no país, passemos a avaliar as principais mudanças eleitorais que serão aplicadas pela primeira vez nas eleições municipais e seus respectivos impactos. As últimas eleições municipais ocorreram há três anos, em 2020, e neste interim foram aprovadas, pela reforma eleitoral de 2021, duas leis ordinárias e uma EC que impactam substancialmente algumas regras do pleito.

Mudanças da reforma política

A Emenda Constitucional nº 111 gira em torno de quatro pontos modificativos em nossa legislação eleitoral. Primeiro, o novo texto estabelece que as consultas populares serão realizadas junto com as eleições municipais, quando envolver questões locais, como formas de otimizar e reduzir custos públicos. Um segundo ponto do texto aborda a questão da fidelidade partidária, além dos critérios já estabelecidos em lei, e acrescenta a possibilidade de saída do partido desde que haja concordância por parte dele, previsto em seu estatuto. O terceiro ponto é a alteração na data de posse de governadores e presidente, passando a ser dia 5 de janeiro para presidente e dia 6 para governadores, a partir das eleições de 2026. Por fim, a EC trata do incentivo às candidaturas de mulheres e pessoas pretas, uma vez que estabelece que os votos dados a essas candidaturas terão contabilidade dupla para fins de distribuição do Fundo Partidário e Fundo Eleitoral aos partidos nas eleições de 2022 a 2030.

No que tange a possíveis impactos nas eleições municipais de 2024, não consta, no texto da referida EC constitucional, nenhuma mudança normativa que efetivamente afete o pleito, destacando, contudo, a inovação com relação às consultas populares que podem ocorrer concomitantemente à realização da eleição.

Uma segunda mudança legislativa adveio da Lei 14.208, a qual institui as federações partidárias em nosso ordenamento jurídico partidário. Pelo texto da lei, dois ou mais partidos podem reunir-se como federação – que terá abrangência nacional – e terão atuação como se fossem um único partido, por período mínimo de quatro anos. Pela primeira vez, o sistema partidário brasileiro verá a

aplicabilidade das federações na disputa municipal, o que também se reflete como um grande desafio aos partidos políticos, uma vez que a legislação exige a abrangência nacional desta aliança em todos os estados e municípios; ou seja, invariavelmente, impacta-se as distintas realidades locais quanto ao jogo político a elas característico. Muitas das vezes, um partido de nível nacional tem relativa proximidade institucional e/ou ideológica com outra agremiação, porém, na realidade municipal, ambas podem ser antagonônicas, e essa composição torna-se um xadrez político institucional para as legendas.

Por fim, outra Lei estabelecida na reforma eleitoral é a 14.211, que tem efeitos diretos no cenário eleitoral que impactarão significativamente a composição de chapas para a disputa do cargo de vereador. A referida lei visou implementar mudanças em relação ao nosso sistema proporcional, focando a quantidade de candidatos e na

distribuição de sobras nas cadeiras proporcionais para o Poder Legislativo (nas três esferas). No que diz respeito às sobras, a lei estabelece que, a partir de agora, somente disputarão as sobras – cadeiras não distribuídas pelo quociente partidário – os partidos que tenham ao menos 80% do quociente eleitoral (votos válidos divididos pela quantidade de lugares a preencher) e que, para assumir a cadeira da sobra, o candidato deve ter em sua votação ao menos 20% desse mesmo quociente. Sob o aspecto de candidaturas, também houve uma mudança visando a redução na quantidade de candidatos presentes nas eleições proporcionais; a lei estabelece, portanto, que cada partido possa registrar até 100% dos lugares e preencher mais um. Essa mudança tem um impacto mais significativo em estados e municípios menores, nos quais anteriormente se podia apresentar à população até 200% do número de lugares a preencher em candidatos.

Considerações finais

O pleito municipal exerce uma função primordial no funcionamento de toda a cadeia de ações institucionais que balizam a democracia brasileira. Há quem coloque as eleições municipais como aquelas em que há maior proximidade direta do candidato, o representante, com seus representados. Tal fator se compreende ao considerar a contextualização geográfica, municipalista, em que se realizam estas Eleições.

Os dados estatísticos relativos ao eleitorado brasileiro trazem uma perspectiva de como o país chegará para as eleições municipais de 2024, nas quais as mulheres exercerão um protagonismo fundamental no processo eleitoral, uma vez que constituem relativa maioria do eleitorado em um contexto político e institucional no qual se preza cada vez mais pela participação feminina no processo eleitoral. Além disso, é útil rememorar que os dados apresentados pelo Censo 2022, que demonstraram significativas variações populacionais em diversos municípios, poderão afetar a quantidade de cadeiras em disputa para o Legislativo local em face do artigo 29, inciso IV da Constituição Federal, algo que

já foi sinalizado por algumas capitais federais.

Outrossim, as mudanças na legislação eleitoral aqui apresentadas apontam, no que diz respeito ao quadro partidário brasileiro, para um reflexo do que foi visto nas eleições gerais de 2022: um cenário de menor fragmentação partidária nas esferas de representatividade, ou seja, poucos partidos concentrando majoritariamente os representantes eleitos no Legislativo. Isso se dá tanto em face da instituição do mecanismo das federações quanto das mudanças sobre a distribuição de sobras, bem como na quantidade de candidaturas.

A despeito das alterações do jogo político que possam vir a ocorrer, é fato que as eleições municipais de 2024 terão um ingrediente institucional especial, qual seja a renovação do compromisso do Estado Democrático de Direito. Em um contexto onde as instituições foram duramente atacadas após o último pleito de 2022, o exercício cidadão na escolha dos representantes municipais será uma resposta popular e institucional de maior grandeza democrática.

**TUDO O QUE ACONTECE
DE MAIS IMPORTANTE NO
PARTIDO E NA POLÍTICA
SIGA O [@SOLIDARIEDADE_BR](#)**

**REPRESENTATIVIDADE
E ENGAJAMENTO FEMININO
SIGA O [@SOLIDARIDADEMULHER](#)**



**EDUCAÇÃO POLÍTICA
E CURSOS DE FORMAÇÃO
APRENDA COM A
[@FUNDACAODEMAIO](#)**

**COBERTURA EM TEMPO REAL
DO SOLIDARIEDADE NA CÂMARA
ACOMPANHE O [@SOLIDARIEDADECAMARA](#)**

SOLIDARIEDADE
MULHER 

FUNDAÇÃO
1.º MAIO 

 SOLIDARIEDADE  SOLIDARIEDADE
NA CÂMARA

Lidera+ chega a 3ª Edição e prepara mulheres para as próximas gestões municipais



Autora: Carolina Gavino

Gerente de Comunicação da Fundação 1º de Maio

No último dia 30 de novembro, a 3ª Edição do Lidera+, programa de formação política exclusivo para mulheres, iniciou sua preparação para capacitar 570 mulheres de todas as regiões do Brasil para as próximas eleições. Neste ano, o curso que leva o slogan “Lidere seu Futuro” abriu mais vagas, selecionando 500 mulheres para participar da turma on-line e 70 para a turma híbrida, esta com encontros presenciais e aulas on-line no EaD da Fundação 1º de Maio.

A organização do Lidera+ recebeu 677 inscrições de mulheres, das quais 436 declararam ter intenção de se candidatar a vereadora e 48 a prefeita em 2024. Das inscritas, 338 se declararam pardas e pretas. Este cenário se mostra bastante motivador e revela a força que a política institucional tem

para mudar a realidade estrutural da sociedade e o futuro de nosso país.

“O Lidera+ é o maior programa de qualificação para mulheres que querem entrar para a política no Brasil, entre todos os partidos políticos e fundações do Brasil”, afirma Kelps Lima, diretor de programas e projetos políticos da Fundação 1º de Maio e um dos idealizadores do programa.

“As mulheres devem estar bem preparadas para concorrer às eleições, e, aqui no Solidariedade, não compactuamos com as candidaturas de mulheres laranjas”

Maria Aparecida dos Santos, secretária nacional do Solidariedade Mulher

Sobre a 3ª edição do Lidera+

Desta vez, a organização do curso selecionou para a turma híbrida 70 mulheres com perfil mais afinado na política, focado nas eleições municipais de 2024. No primeiro dia do módulo I do encontro presencial, as alunas tiveram, com a historiadora Camila Braga, um panorama sobre as dificuldades da mulher na política brasileira, como a violência de gênero. Marília Arraes, ex-deputada e vice-presidente da regional Nordeste do Solidariedade, também marcou presença e contou um pouco de sua trajetória para as participantes. Já a advogada Jhennifer Hannah, secretária-executiva do Solidariedade Nacional, explicou um pouco sobre cotas e desincompatibilização.

Já no segundo dia do encontro, as alunas receberam um conteúdo um pouco mais direcionado ao planejamento de suas campanhas eleitorais com aulas de Kelps Lima, ex-deputado estadual e diretor de programas e projetos da Fundação 1º de Maio, sobre a construção de um projeto político e sobre como gerenciar suas redes sociais durante a campanha política, com Hélio Honorato, profissional da área de marketing e sócio da agência 2HC. Além disso, o encontro contou com Christine Peter, ex-secretária-geral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que abordou em sua aula assuntos como sistema eleitoral, divisão de fundo, quociente eleitoral e federação. Mais tarde, as participantes

ainda tiveram uma mesa redonda com a prefeita de Rio Quente (GO), Ana Paula; a vereadora de Teresina (PI), Fernanda Gomes; a prefeita de Caturai (GO), Divina Zago; e professora Nilda, a mulher mais bem votada em Parnamirim (RN) em 2020. Todas elas são ex-participantes do Lidera+ e contaram mais sobre como o programa impulsionou suas histórias na política.

“Estamos muito satisfeitos em saber que, nesta edição do Lidera+, com o EaD, vamos atingir quase cinco vezes mais mulheres que na edição anterior. Esperamos também, assim, aumentar nossa participação nas Assembleias Legislativas, Câmara dos Vereadores e gabinetes Executivos de todo o país, além de, é claro, aumentar nossa bancada federal tanto na Câmara quanto no Senado”, diz Samanta Costa, presidente da Fundação 1º de Maio.

Sobre as edições anteriores do Lidera+.

Nas duas edições já realizadas, em 2019 e 2022, o Lidera+

Foto: Felipe Damper

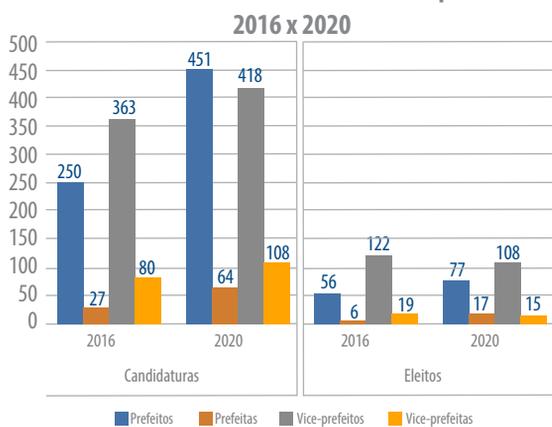


Foto: Felipe Damper



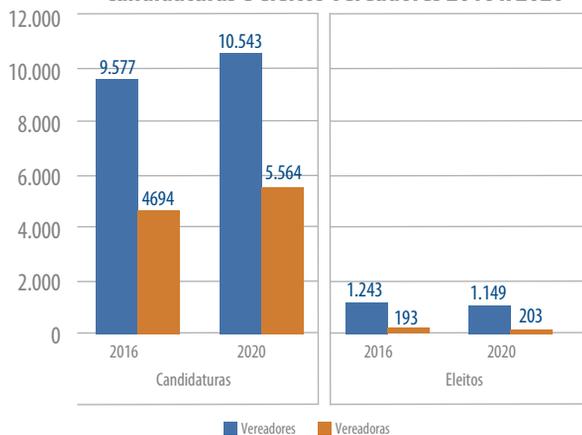
formou mais de 200 lideranças femininas por todo o Brasil em mais de 80 horas de treinamento. No partido Solidariedade, o incentivo a candidaturas femininas pode ser comprovado por dados divulgados pelo TSE (<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>). Nas eleições de 2020, o Solidariedade elegeu 17 prefeitas pelo Brasil, enquanto apenas 6 haviam sido eleitas pelo partido em 2016. O crescimento de mulheres prefeitas eleitas entre 2016 e 2020 no Brasil foi de 4%, enquanto no Solidariedade esse crescimento foi de 183%. É um grande avanço, mas ainda há muito a ser feito, já que, dos 5.568 municípios brasileiros, 3.740 não apresentaram candidaturas femininas para prefeito, ou seja, 67% deles. Importante destacar também que, em 2020, a porcentagem de mulheres eleitas como prefeitas no Brasil era de 12%, enquanto no partido Solidariedade, esse número foi de 18% entre o total de eleitos.

Candidaturas e eleitos Prefeitos e vice-prefeitos



Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos do TSE

Candidaturas e eleitos Vereadores 2016 x 2020



Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos do TSE

“Quando eu entrei para ser prefeita, em 2017, encontrei uma dificuldade muito grande, e, quando fui convidada a participar do primeiro Lidera+, em 2019, fui ensinada como suportar, como direcionar, e como estar na política. O Solidariedade é o único partido que prepara as mulheres para participar das eleições”

Divina Zago, prefeita de Caturai (GO)

Em relação ao número de vereadoras eleitas em 2020, também se constatou uma grande evolução: 203 mulheres foram eleitas vereadoras pelo Solidariedade contra 193 mulheres em 2016, um crescimento de 5%. Sobre as candidaturas de vice-prefeitas pelo Solidariedade, houve uma queda: embora o número de candidaturas tenha crescido em 35% (80 em 2016 e 108 em 2020), apenas 15 mulheres foram eleitas em 2020, enquanto 19 mulheres foram eleitas na eleição anterior.

“Hoje, nós sabemos que somos a maioria no eleitorado, mas, infelizmente, a minoria na representatividade política, e o partido Solidariedade vem incentivar e valorizar as mulheres. Aqui me sinto assim, valorizada”

Giva Felipe, vereadora de Águas Lindas (GO), secretária estadual da Mulher (GO) e ex-participante do Lidera+

Em 2022, o Solidariedade Mulher realizou a 2ª Edição do Lidera+, com foco nas eleições gerais para deputadas estaduais e federais. Como resultado positivo, destaca-se o impulsionamento de candidaturas femininas para deputada federal - 48 candidatas em 2018 contra 140 em 2022 - e para deputada estadual - de 189 para 215 candidatas em 2022. As mulheres nunca estiveram tão em evidência como nas últimas eleições gerais. “O machismo estrutural continua sendo silenciador, e esperamos que essa maior visibilidade que o partido está gerando para as mulheres resulte em um maior número de eleitas pelo partido”, acredita Samanta Costa.

“Uma formação como o Lidera+, do partido Solidariedade com a Fundação 1º de Maio, nos ajuda a nos fortalecer para superar esses desafios e essas violências cotidianas que nós mulheres na política temos que enfrentar”

Loreny Caetano, secretária estadual da Mulher do Solidariedade (SP) e pré-candidata a prefeita de Taubaté

“Sou a única mulher entre dez pré-candidatas. Eu ‘lidero o meu futuro’ quando enfrento a violência política de gênero e vou para um debate, sendo firme e, por isso, muitas vezes sendo julgada como arrogante”, diz Loreny. Nas últimas eleições municipais, inclusive, ela chegou ao segundo turno em sua cidade e foi por diversas vezes constrangida por ser mulher.

Solidariedade na luta por mais representatividade e contra a violência política de gênero

Loreny, infelizmente, está bem longe de estar sozinha na sua luta por mais espaço na política. Segundo levantamento intitulado “Censo das Prefeitas (mandato 2021-2024)”, divulgado pelo Instituto Alzira, 34% das prefeitas afirmam que o desmerecimento de suas falas e de seu trabalho é o maior obstáculo de uma mulher na política. Outras 26% relataram como sua maior dificuldade o assédio e a violência no espaço político.

Pior ainda é saber que 58% das prefeitas brasileiras afirmam ter sofrido violência ou assédio apenas por serem mulheres. A pesquisa aponta que, mesmo sendo 51% da população, as mulheres governam apenas 12% dos municípios brasileiros. Este número é ainda mais drástico quando falamos de mulheres negras: elas são 28% da população, mas só governam 4% dos municípios.

Mesmo diante desses tristes dados, a presidente da Fundação 1º de Maio está otimista e vislumbra uma realidade mais positiva para os próximos anos: “Nós não queremos ser apenas uma cota: queremos que as mulheres sejam de fato representativas. Temos uma expectativa muito grande para o próximo ano, que é ano eleitoral, e vamos colher os frutos do nosso trabalho, que desenvolvemos nos últimos dois anos. Esperamos converter todo nosso trabalho em votos em mulheres”, conclui Samanta.

Foto: Felipe Damper



Mulheres de todo o Brasil participaram do encontro presencial da 3ª Edição do Lidera+, em Mairiporã (SP), entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro de 2023.



Inteligência Artificial: o impacto dessa nova ferramenta tecnológica na sociedade



Autor: Jaime Matos

Cientista político

A evolução da tecnologia tem gerado impactos significativos em diversos setores da sociedade, e a IA (Inteligência Artificial) emerge como uma das principais protagonistas dessa transformação. No entanto, à medida que a IA se consolida como uma ferramenta poderosa, seu impacto no mercado de trabalho tem gerado discussões intensas. Este artigo explora os efeitos da IA nas ocupações humanas, apoiando-se em dados científicos, exemplos práticos e tabelas elucidativas.



O crescimento da Inteligência Artificial

A IA abrange um conjunto de tecnologias que possibilita que as máquinas executem tarefas que anteriormente eram exclusivas dos seres humanos. Sua evolução rápida tem facilitado a automação de processos complexos, resultando em maior eficiência e produtividade em várias indústrias. De acordo com dados da IDC (International Data Corporation), os investimentos globais em IA devem atingir valores astronômicos até 2025, destacando a crescente importância dessa tecnologia.

O alcance da IA vai além da automação de processos, alcançando setores diversos. Além de aprimorar a eficiência e produtividade industrial, a IA também encontra aplicações em interações humanas, como exemplificado

pelo ChatGPT, podendo aperfeiçoar o atendimento ao cliente por meio de chatbots, otimizar diagnósticos médicos e pesquisas de medicamentos na área da saúde, melhorar análises financeiras e previsões de mercado, agilizar operações de manufatura e logística, personalizar a educação e até estimular a criatividade artística. Esse crescimento ressalta a capacidade da IA em automatizar tarefas complexas, fornecer tomadas de decisão fundamentadas e impulsionar inovações transformadoras em diversos domínios. À medida que essa tecnologia continua a evoluir, espera-se que seu impacto se expanda ainda mais, impulsionando eficiência, criatividade e progresso em múltiplas áreas.

Impacto no mercado de trabalho e desafios das cidades e estados na adoção da Inteligência Artificial

O avanço da IA tem suscitado preocupações quanto à substituição de empregos humanos por máquinas inteligentes. De acordo com um estudo da McKinsey & Company, até 2030, entre 400 e 800 milhões de trabalhadores ao redor do mundo podem ser substituídos por automação e IA. No entanto, é importante notar que a IA também cria novas oportunidades: setores como a medicina, finanças e logística têm se beneficiado da IA para otimizar diagnósticos, análises de risco e gestão de cadeias de suprimentos.

Uma análise mais detalhada das mudanças no mercado de trabalho com base na IA revela tendências interessantes. Profissões com tarefas rotineiras e repetitivas tendem a ser mais suscetíveis à automação, enquanto empregos que exigem habilidades criativas, emocionais e de tomada de decisão complexa permanecem mais resilientes. Por exemplo, a indústria automobilística tem empregado robôs para a montagem de veículos, enquanto áreas como psicologia clínica e arte ainda dependem fortemente da expertise humana.

A tabela a seguir ilustra essa dinâmica:

TIPO DE OCUPAÇÃO	IMPACTO DA IA
Administrativo	Alto (tarefas repetitivas)
Manufatura	Alto (automação de processos)
Saúde	Moderado (auxílio diagnóstico)
Criativo/artístico	Baixo (criatividade humana)
Serviços de educação	Baixo (interação humana)

Além do impacto no mercado de trabalho, as cidades e estados enfrentam desafios únicos ao adotar a Inteligência Artificial para melhorar serviços públicos e infraestrutura urbana, pois a implementação bem-sucedida da IA em áreas como transporte público, gestão de resíduos, segurança e saúde pública exige investimentos significativos em tecnologia, infraestrutura digital e treinamento de pessoal. No entanto, os benefícios são inegáveis: cidades inteligentes equipadas com sistemas de IA podem reduzir congestionamentos, melhorar a segurança nas ruas, otimizar a coleta de lixo e oferecer serviços de saúde mais eficientes.

Algumas cidades ao redor do mundo estão liderando o caminho na aplicação criativa da Inteligência Artificial para enfrentar desafios urbanos específicos. Por exemplo, Singapura implementou sistemas de IA para monitorar o tráfego em tempo real, ajustando semáforos automaticamente para reduzir congestionamentos. Em Barcelona, sensores e algoritmos de IA são utilizados para monitorar o uso da água, ajudando a conservar recursos preciosos em uma região propensa à seca.

Objetivos da regulamentação

Proteção dos direitos individuais: a regulamentação pode garantir que a coleta e o uso de dados para alimentar sistemas de IA sejam feitos de maneira transparente e respeitem a privacidade dos cidadãos.

Mitigação de viés algorítmico: é importante desenvolver políticas que minimizem o viés nas decisões tomadas por algoritmos de IA. A regulamentação pode exigir auditorias regulares para identificar e corrigir possíveis preconceitos. **Transparência e interpretabilidade:** empresas e organizações que utilizam IA podem ser obrigadas a fornecer informações claras sobre como seus sistemas operam. Isso não apenas promove a transparência, mas também permite que os usuários compreendam as decisões tomadas por algoritmos.

Responsabilidade legal: a regulamentação deve definir claramente quem é responsável quando sistemas de IA cometem erros ou causam danos. Estabelecer responsabilidades legais é crucial para proteger os indivíduos afetados por decisões automatizadas.



Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, recebe o anteprojeto de Ricardo Villas Bôas Cueva, ministro do STJ, que presidiu a comissão que analisou as consequências da IA.

Nos Estados Unidos, cidades como Nova York estão utilizando IA para analisar padrões de criminalidade, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos policiais. Além disso, em Los Angeles, a IA é usada para melhorar a eficiência energética dos edifícios, reduzindo o consumo de energia e os custos associados.

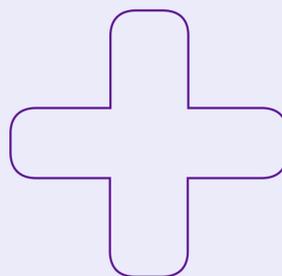
No entanto, é fundamental abordar o debate em torno da regulamentação do uso da Inteligência Artificial. O surgimento dessa e de outras tecnologias avançadas levanta questões éticas, legais e sociais, e é importante que as autoridades estejam atentas às implicações dessas inovações.

Atualmente, o Senado Federal está envolvido em discussões significativas sobre a regulamentação do uso da Inteligência Artificial por meio do PL 2.338/2023, apresentado pelo presidente da Casa, o senador Rodrigo Pacheco. Essas discussões são essenciais para estabelecer diretrizes claras que garantam o uso ético e responsável da IA em diferentes setores da sociedade. A regulamentação pode abranger uma variedade de áreas, incluindo privacidade, segurança, transparência, viés algorítmico e responsabilidade legal.

Considerações finais

A IA é uma força transformadora que está moldando nosso presente e futuro. Ao abordar os desafios relacionados ao mercado de trabalho, às cidades inteligentes e à regulamentação, estamos garantindo que a IA seja uma aliada na melhoria da qualidade de vida e eficiência em nossa sociedade. A capacitação e a adaptação são cruciais para profissionais modernos, preparando-os para uma força de trabalho flexível e resiliente.

A regulamentação proposta pelo Senado desempenha um papel fundamental na promoção de um uso ético e responsável da IA. Nossa capacidade de adaptação será a chave para prosperar na era da IA e da automação, garantindo que seus benefícios sejam compartilhados por todos, e o debate no Senado é um passo importante na construção de um futuro inteligente, eficiente e sustentável.



MAIS

mulheres

NA POLÍTICA



para termos
**mais políticas
públicas** para
as mulheres.



SOLIDARIEDADE
MULHER



Qual a estratégia do governo brasileiro para promover o desenvolvimento sustentável?



.....
Autor: Fábio Gomes da Cruz

Bacharel em Relações Internacionais e
 Analista Internacional

No contexto contemporâneo, a busca incessante pelo desenvolvimento sustentável emergiu como uma necessidade global incontestável. A compreensão e análise das estratégias adotadas por diversas nações para concretizar essa meta tornaram-se cruciais para construir um futuro equitativo e responsável. O recente relatório da ONU, intitulado "Financiando o Desenvolvimento Sustentável 2023", detalha um panorama complexo de desafios interconectados, que variam desde a insegurança alimentar e fome persistentes até as flutuações econômicas e os efeitos cada vez mais tangíveis das mudanças climáticas. A convocação para ação em prol de soluções sustentáveis transcende fronteiras nacionais, exigindo

uma colaboração global eficaz para enfrentar essas questões prementes e multifacetadas.

Nesse contexto, a abordagem brasileira para o desenvolvimento sustentável merece atenção devido à sua variedade de iniciativas, que englobam desde a cooperação regional até a preservação ambiental. O governo do Brasil, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, oferece um exemplo multifacetado dessas estratégias, incluindo a integração na América do Sul, cooperação global, proteção da Amazônia e investimentos em infraestrutura. Este estudo examinará de forma crítica o modo em que o governo do Brasil busca equilibrar o crescimento econômico com preocupações ambientais, explorando as complexidades subjacentes e desafios inerentes a essa empreitada.

Desenvolvimento: integração regional na América do Sul

As estratégias adotadas pelo governo refletem uma visão abrangente que engloba diversos aspectos. Isso inclui não apenas a perspectiva local, mas também uma abertura para a integração regional na América do Sul e a cooperação em âmbito global. Um exemplo concreto é a inauguração da rodovia transcontinental, que conecta o Brasil à Argentina e ao Chile, fomentando o comércio regional e a conectividade sustentável. A IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) é um reflexo tangível dessa visão, buscando fortalecer a cooperação regional e aprimorar a conectividade por meio de projetos compartilhados, como rodovias, ferrovias e hidrovias. Além disso, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) servem como plataformas para impulsionar a integração econômica e política, reduzindo barreiras e desigualdades entre os países membros. Desenvolvimento: novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) sustentável

Para promover o desenvolvimento econômico em paralelo à conservação do meio ambiente, foi lançada uma iniciativa denominada Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) sustentável. O programa foi oficialmente inaugurado em 11 de agosto de 2023 e é embasado em uma abordagem que prioriza tanto a sustentabilidade ambiental quanto a inclusão social. Um exemplo ilustrativo de projeto apoiado pelo Novo PAC é a implementação de usinas de energia solar em áreas urbanas, visando a redução da dependência de fontes de energia não renováveis.

Com um investimento de R\$ 1,7 trilhão, destinado a projetos em todos os estados do Brasil ao longo dos próximos quatro anos, o Novo PAC tem como objetivo impulsionar a infraestrutura do país e fomentar a inclusão social. Essa abordagem adotada reflete o comprometimento em encontrar um equilíbrio entre o estímulo ao crescimento econômico e a responsabilidade com o meio ambiente.

Desenvolvimento: Eixos de Investimento do Novo PAC

O Novo PAC delinea nove Eixos de Investimento, visando estimular o desenvolvimento sustentável no Brasil. Notavelmente, o eixo " Cidades Sustentáveis e Resilientes", que conta com um investimento de R\$ 610 milhões, pretende melhorar as condições urbanas ao abordar questões como habitação e mobilidade, buscando introduzir sistemas de transporte público eficazes e ecologicamente responsáveis. No entanto, uma análise ponderada revela que o PAC, apesar de enfatizar o progresso sustentável, deve ser examinado além das afirmações governamentais.

O governo destaca o compromisso com a transição ecológica, integrando-o no planejamento do PAC. O plano delinea medidas ambiciosas, incluindo um marco regulatório para o mercado de carbono, critérios para atividades sustentáveis e a emissão de títulos verdes. Entretanto, é crucial adotar uma perspectiva crítica para avaliar cuidadosamente o alcance dessa transição e a viabilidade de implementação eficaz dessas medidas em um cenário complexo e desafiador. Investimentos substanciais de R\$ 540 bilhões estão alocados no Eixo de Transição e Segurança Energética, visando projetos de eco combustíveis e diversificação da matriz energética; porém, o sucesso da transição energética requer uma abordagem equilibrada, considerando não apenas os investimentos, mas também as mudanças fundamentais nas políticas, regulamentações e mentalidades.



Embora o governo esteja lançando o PAC como um empreendimento abrangente, é fundamental interpretar essa iniciativa dentro de um contexto mais amplo. O programa busca combinar o crescimento econômico com preocupações ambientais, mas a narrativa governamental pode não capturar todas as complexidades envolvidas. Além disso, a inserção do plano de transição ecológica, embora positiva, deve ser observada criticamente, já que os investimentos planejados refletem uma intenção louvável, porém o sucesso depende da capacidade de traduzir esses compromissos em ações concretas. Em última análise, a eficácia do PAC e seu impacto real na transformação ecológica do país serão determinados pela implementação, coerência e adaptabilidade ao cenário em constante mudança.

Cooperação global e compromissos da ONU

Foto: Isadora Ferreira/ONU Brasil



Coordenadora residente do Sistema ONU no Brasil, Silvia Rucks, e ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, assinam o Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF).

A colaboração global desempenha um papel crucial na abordagem aos desafios do desenvolvimento sustentável. O governo brasileiro estabeleceu o Novo Marco de Cooperação Brasil-ONU 2023-2027, alinhado com o Plano Plurianual e com a Estratégia Federal de Desenvolvimento, que orientará a parceria entre Brasil e ONU e coordenará ações para abordar temas como transformação econômica, inclusão social, meio ambiente e mudanças climáticas, governança e capacitação institucional, e prevenção de conflitos. A colaboração entre o Brasil e a ONU sublinha o compromisso de maximizar o impacto das iniciativas visando o desenvolvimento sustentável. Um exemplo concreto disso sob o Novo Marco é a participação do Brasil em iniciativas de conservação marinha, em conjunto com outras nações costeiras.

Estratégia do governo brasileiro

Sob a liderança do governo nos primeiros meses de 2023, a estratégia brasileira para o desenvolvimento sustentável se estende por três pilares interconectados: infraestrutura, aspectos econômico-comerciais e políticos. O país busca otimizar a infraestrutura para fomentar a cooperação econômica regional através de iniciativas como a IIRSA, o Mercosul e a Unasul. O recente lançamento do Novo PAC demonstra o compromisso em equilibrar crescimento econômico com qualidade de vida, promovendo a instalação de usinas de energia solar e investindo R\$ 1,7 trilhão em infraestrutura nos próximos quatro anos. O foco na proteção da Amazônia também é notório, exemplificado por ações como o restabelecimento do combate ao desmatamento, a criação do Conselho Nacional para a COP30 e a expansão de áreas de preservação ambiental. Ademais, o Brasil busca harmonizar interesses nacionais e bem-estar global através de parcerias internacionais, como a Parceria Energética Brasil-Alemanha. No setor ambiental, o governo evidencia uma prioridade estratégica. A parceria com Marina Silva e o compromisso com a aliança proativa refletem o empenho na conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental,

e encontros com autoridades dos EUA, a participação na COP27 e o anúncio do Plano de Segurança e Soberania da Amazônia ilustram a busca por soluções globais para os desafios climáticos. O lançamento do "Pacote Ambiental" no Dia Mundial do Meio Ambiente traz medidas concretas, como a "Bolsa Verde" e a ampliação de áreas de preservação, mostrando o compromisso contínuo em ações sustentáveis. Adicionalmente, a Alemanha também se tornou parceira estratégica na busca por energias limpas. Embora os avanços sejam perceptíveis, desafios significativos ainda persistem. O desmatamento na Amazônia, por exemplo, atingiu níveis alarmantes, demandando ações mais enérgicas para conter a crise climática, e o equilíbrio entre exploração de recursos e proteção ambiental é constantemente testado, como na exploração de petróleo na Foz do Amazonas. A estratégia do Brasil sob o governo atual reflete um empenho abrangente para promover o desenvolvimento sustentável: ao buscar um equilíbrio entre crescimento econômico e responsabilidade ambiental, o país demonstra liderança global, inspirando ações semelhantes e a colaboração internacional para um futuro mais sustentável.

Foto: REUTERS/Mohamed Abd El Ghany



Cúpula COP27 no Egito

Proteção da Amazônia

A Amazônia, ecossistema de vital importância global, concentra a atenção do Brasil. A recente reunião dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica em agosto de 2023 ressaltou a necessidade de enfrentar desafios como desmatamento, mudanças climáticas e desigualdades. Já a Cúpula da Amazônia, liderada pelo presidente brasileiro, reforçou o compromisso com a conservação e a cooperação regional para preservar o ecossistema e o bem-estar local. Investimentos responsáveis em infraestrutura na Amazônia promovem desenvolvimento sustentável, com destaque para a implementação de um sistema de monitoramento por satélite, visando combater o desmatamento ilegal. Na luta contra a degradação ambiental, o Brasil demonstra progressos notáveis na redução do desmatamento e na erradicação do garimpo ilegal, especialmente em áreas sensíveis como a região Yanomami. As ações empreendidas nos primeiros seis meses do governo atual apontam para um Brasil comprometido em construir uma nação sustentável: o desmatamento na região amazônica, por exemplo, teve

uma queda significativa de 33,6% no primeiro semestre de 2023, marcando a primeira redução após cinco anos de aumento constante. Adicionalmente, a implementação do Plano de Segurança e Soberania da Amazônia fortalece o combate a crimes como grilagem, garimpo ilegal e exploração madeireira.

A proteção da Amazônia ecoa em âmbito global, evidenciada pelo aumento dos recursos destinados ao Fundo Amazônia, fruto de negociações diplomáticas. O fundo arrecadou R\$ 3,1 bilhões de diversos países, realçando a influência renovada do Brasil internacionalmente, além do compromisso com a COP 30, conferência climática programada para 2025, que reforça o papel ativo do Brasil na luta ambiental.

A eliminação dos alertas de garimpo ilegal na região Yanomami desde 2020 atesta avanços na defesa dos territórios indígenas. Isso mostra que, através de ações coordenadas, o governo atuou na contenção de atividades ilegais, demonstrando determinação na proteção de áreas sensíveis e na promoção de um Brasil comprometido com responsabilidades ambientais.

Conclusão

Em resumo, a estratégia do governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável apresenta uma abordagem ampla, que busca reconciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental. No entanto, uma análise mais crítica revela que a implementação efetiva dessas intenções enfrenta desafios significativos. Embora iniciativas como o Novo PAC e a proteção da Amazônia indiquem um comprometimento com a sustentabilidade, a realidade complexa muitas vezes obscurece os resultados tangíveis. A acentuada queda no desmatamento é um sinal positivo, mas a pressão contínua sobre áreas sensíveis, como a Foz do Amazonas, levanta dúvidas sobre a coerência das ações governamentais. Além disso, a ênfase na colaboração global, representada pelo Novo Marco de Cooperação Brasil-ONU e o Fundo Amazônia, pode sugerir uma fachada internacional, enquanto questões críticas como a exploração dos recursos naturais e a gestão das comunidades locais permanecem desafiadoras.

A narrativa oficial, embora ressalte avanços como o Novo PAC e a participação na COP 30, pode não capturar completamente as complexidades subjacentes. A transição energética e os investimentos em eco combustíveis, apesar de promissores, exigem medidas estruturais mais profundas para uma transformação verdadeira. Além disso, a colaboração regional por meio da IIRSA e o Mercosul, embora apontem para a integração, podem ser vistas com ceticismo, considerando as disparidades entre os países membros e as barreiras burocráticas que frequentemente dificultam a cooperação eficaz. Em última análise, a estratégia do governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável é uma jornada repleta de desafios, e a análise crítica sugere que a distância entre as intenções e os resultados tangíveis ainda precisa ser discutida com uma abordagem mais abrangente e inclusiva.

Entrevista com Valéria Fachine:

A importância do Censo para elaboração de políticas públicas municipais

Valéria Fachine, especialista em estatística da Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal, concedeu uma entrevista à Revista Fundação 1º de Maio a respeito dos dados do Censo e apontou alguns desafios para as próximas gestões. Valéria, que já atuou como consultora do Pnud Brasil (Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil) e consultora do Ipea-DF (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), é mestre em estatística e métodos quantitativos pela UnB (Universidade de Brasília) e doutoranda no programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, também pela UnB.



Entrevista com **Valéria Fachine**
Por Carolina Gavino, gerente de comunicação da Fundação 1º de Maio

Valéria, qual a importância do Censo?

A gente considera o Censo como patrimônio nacional, e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem sua importância na consolidação desses dados para organizar todas essas informações. Durante os últimos anos, houve uma fragilização nesse Instituto; não entrando na esfera política, mas houve muitos percalços. Eu gostaria de destacar, primeiramente, que o Censo acontece a cada dez anos com o propósito de fazer um diagnóstico da nossa população, expor o cenário que a gente tem naquele momento. O Censo tem o propósito de tentar projetar, nesses dez anos, como vai ser o escopo da nossa população e como a gente deve se organizar em termos de Estado.

Não tivemos Censo em 2020. Isso pode ter impactado os resultados de 2022? De que forma?

Não termos tido o Censo em 2020 causou sequelas em termos de preparação do Estado. O Censo está saindo com mais de dois anos de atraso e ainda tivemos uma pandemia no meio do processo. Realmente, é muito difícil fazer um levantamento em meio a um contexto polêmico. Tivemos cortes de recursos financeiros para o IBGE, o que impactou muito no levantamento. O primeiro Censo foi levantado na época do Império, e é feito desde então. O IBGE tomou conta dessa função em 1940, e, quatro anos depois da sua criação, a gente já teve vários percalços desde a ditadura, como mudanças políticas e redemocratização, mas o Censo vem sendo levantado mesmo assim. O Brasil tem que se empoderar mais dessa pesquisa, que é de grande importância nacional, e é por

isso que eu a considero como patrimônio e defendo muito o trabalho do IBGE. Nesse sentido, muitas coisas aconteceram no último Censo, desde mudanças no questionário a alterações no levantamento, que tomou uma forma mais tecnológica. O Ministério da Saúde teve participação nisso porque cederam os materiais eletrônicos, chamados palms, que já haviam sido comprados por causa da Covid e ajudaram nesse processo.

O que explica a alta da população indígena neste Censo?

Existe muita dificuldade em chegar a alguns territórios como territórios indígenas, favelas e territórios de conflitos. O Censo conseguiu se organizar melhor para chegar nesses territórios. Por exemplo, pela primeira vez na história, o Censo contou com a participação de recenseadores indígenas, então eles fizeram uma captação de pessoas que são de tribos distantes organizadas para participar do recenseamento. Por isso, conseguiram chegar melhor nesses territórios e falar uma língua apropriada, o que foi de grande importância neste levantamento. Foi possível alcançar até mesmo as organizações de territórios rurais, que também são de difícil acesso. O Brasil tem uma extensão territorial imensa e de grande diversidade, então o Censo tem que trazer este diagnóstico, senão a gente começa a ter problemas de levantamento da informação. Quanto mais expandirmos essas parcerias para entrar nesses territórios, melhor será o nosso levantamento.

Muitos disseram que houve erro na projeção do IBGE. Como isso poderia ser explicado?

Então, na hora em que falamos que “o Censo errou porque ele está com uma defasagem”, temos que ter em mente que tivemos uma pandemia e uma mortalidade excessiva que também modificou os nossos números. É difícil projetar uma estatística dez anos depois com os vários problemas que se passaram, como problemas políticos e econômicos e a pandemia. Acho que tudo isso dificultou demais, e eu gostaria de deixar isso bem registrado: tiro o chapéu para o IBGE por terem feito esse serviço com todos esses problemas.

A metodologia do IBGE é confiável?

O IBGE tem uma metodologia muito rígida. Ele tem que ir ao domicílio – uma vez, duas vezes, três vezes –, agendar, ir e voltar, cobrar um território. Existe o que nós chamamos de setor censitário: um município é dividido em setores censitários, que são microrregiões que devem ter uma cobertura de percentual confiável. Por exemplo, “ah, não foi na minha casa”. O Censo tem dois tipos de questionário: o questionário reduzido e o questionário ampliado. O ampliado é feito por amostragem e o reduzido é aquele que todo mundo tem que responder. Aqui em Brasília, temos grandes problemas de fechar setores de alto poder aquisitivo, condomínios de grandes mansões com difícil acesso, pois as pessoas não gostam de receber o recenseador. O Brasil precisa entender que nós somos parte interessada nesse levantamento. A gente ainda tem uma dificuldade por causa da falta de sensibilização das pessoas. Naquelas regiões em que o Censo não conseguiu a cobertura completa, há outros mecanismos para obter informações daquele território, como projeções, cálculos estatísticos, intervalos de confiança que ele aborda naquele domicílio que não conseguiu abordagem completa. O IBGE tem várias técnicas metodológicas para obter um retrato daquele território. Esse ano contou até com informações secundárias, como o Imposto de Renda. Neste ano, fui contemplada na pesquisa completa, então a minha informação vale para mais pessoas que não responderam. É o que chamamos de extrapolação da informação: eu represento muitos outros daqui do meu território que tem a estrutura familiar parecida com a minha. O IBGE tem outras pesquisas, como a Pnad (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios), que ele faz todos os anos. Também fizemos um módulo sobre a pandemia, que também foi aproveitado. Há muitos mecanismos metodológicos para ter essa robustez do retrato nacional.

O Censo aponta a contínua mudança na pirâmide etária brasileira. Quais pontos você destacaria para os resultados apresentados em 2022?

Estamos entrando no ritmo do envelhecimento. Nossa população de idosos está tendo um aumento progressivo por causa de vários fatores, como a qualidade de vida e o aumento da expectativa de vida. Em contrapartida, a população jovem vem diminuindo o ritmo de crescimento. Assim, a gente tem uma pirâmide etária que está envelhecendo. Estamos tendo um crescimento para cima, o envelhecimento, reforçando um pouco uma mudança organizacional que o nosso país vai sofrer daqui a alguns anos: vamos ter menos jovens.

A gente precisa de jovens cada vez mais ativos, que não saiam da escola, nem do mercado de trabalho, porque são eles que vão manter essa roda girando. Nesse sentido, eu falo de políticas educacionais. Já fui professora, então eu sei o quanto a educação faz diferença na vida da população e traz resultados substantivos para o resto da vida. Dessa forma, ela é uma política de inclusão não só naquele momento, e, sim, perpétua. A educação muda a vida não só da pessoa que tem acesso a ela, mas de uma família inteira.

Diante dos resultados do Censo 2022, você conseguiria apontar algumas urgências em relação às políticas públicas?

Eu também sou uma grande defensora dos municípios pequenos, que têm dificuldade de se organizar, de fazer gestão do recurso público. Eu trabalhei por um tempo com o pessoal do FNDE (Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação), visitei alguns municípios de pequeno porte e, quando você vai ao município, você vê que eles têm dificuldade até de gastar o recurso por falta de conhecimento, por falta de gestores mais preparados para saber como lidar com essa questão, porque muitas vezes o recurso público chega e tem

Foto: <https://www.infomoney.com.br/economia>



rubricas direcionadas. Assim, eles têm dificuldade de fazer o gasto público devido a várias situações. Por exemplo, na alimentação escolar, você precisa comprar 30% da agricultura familiar: eu preciso levar o alimento e o alimento precisa de estar bem acondicionado, porque eu vou atravessar de barco de um município para outro nas regiões ribeirinhas, então precisa de toda uma preparação. A organização do estado é muito difícil e quem deveria dar apoio é o Estado ou a Federação. A gente precisa dar apoio, treinamento. É necessário chegar a esses municípios, e acho que os governantes precisam se preocupar, pois essa é uma preocupação por vezes muito regional e específica.

Agora, também estou trabalhando com a questão do Saneamento Básico. Saiu um novo marco legal do Saneamento Básico e a gente ainda não conseguiu avançar. Ainda temos municípios em grande insalubridade, com a população vivendo à margem do saneamento exposto, sem tratamentos.

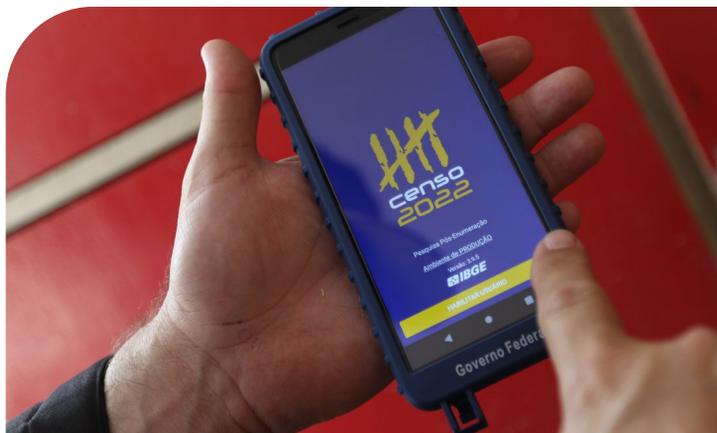
Eu acho que é de grande importância se apoderar dos seus dados do seu território. É preciso se perguntar, “como está o meu território? No que eu preciso melhorar? Quais são as dificuldades que eu tenho que enfrentar, e como eu vou enfrentá-las nesses dez anos? Como eu vou me organizar em termos de estado para esse período?”

O centro-oeste foi a região que mais ganhou população, enquanto o nordeste apresentou desaceleração. Por que houve esses movimentos na região?

Isso é normal e faz parte dos movimentos migratórios tipo pendular. É natural em regiões que a gente chama de polos metropolitanos. Por exemplo, as pessoas vêm aqui para o centro-oeste em busca de uma educação melhor, acesso melhor à saúde, emprego e assim vai. Falando um pouco no nosso trabalho, tivemos mais de 2.000 municípios que diminuíram drasticamente o seu número contingente populacional e isso se deve ao fluxo migratório. São pessoas que estão saindo dessas cidades,

que não têm políticas para atrair aquele público e, por isso, começam a migrar para outros municípios mais organizados em busca de estudo, mercado de trabalho, entre outras coisas.

Foto: agenciabrasil.ebc.com.br



Com a diminuição da população em algumas cidades, qual os impactos para a organização dos orçamentos nos municípios com o FPM (Fundo de Participação dos Municípios)?

Em termos de tamanho da população, ela vai continuar diminuindo. Então, será que isso quer dizer que, toda vez que ela diminuir, eu vou ter que diminuir o Fundo? Eu acho que isso está errado e que essa organização da construção do Fundo, que é um recurso, deveria observar outros indicadores, como a vulnerabilidade do município e avanços que ainda não conseguiram se ajustar. Então, precisa-se do recurso para fazer algumas políticas, inclusive naqueles municípios que estão extremamente vulneráveis. Assim, eu acho que a gente tem que trazer não só a projeção populacional, porque esse Fundo é calculado em cima do tamanho populacional. “Ah, diminuiu a população, tira tanto”. Não é bem assim. Na minha opinião, deve haver outros indicadores para orientar a distribuição desses recursos.

Realização:

Fundação 1º de Maio

Samanta Costa

Presidente

Ariele Macedo

Vice-Presidente

Andrea Envall

Diretora Financeira

Maria Izabel Simões

Vice-Diretora Financeira

Guilherme M. Martinelli

Diretor-Executivo

Paulo Henrique Santos

Diretor-Executivo

Adilson Borges

Diretor Técnico

Geovanna Ribeiro

Diretora Técnica

Kelps Lima

Diretor de Projetos e Programas Políticos

Paulo Pequeno

Diretor de Projetos e Programas Políticos

Sandoval Fernandes

Diretor de Planejamento Estratégico

Giovanna Yule

Diretora de Planejamento Estratégico



www.fundacao1demaio.org.br

Siga nossas redes sociais



Clique aqui para acessar



SOLIDARIEDADE

www.solidariedade.org.br

